

## Museus e arquivos: zonas inexploradas de contato entre História e Antropologia

(Letícia Nedel – PPG. História UFSC)

Este texto, originalmente pensado na forma de uma intervenção oral, detém – e nisso não difere de nenhum outro – certas qualidades formais e substantivas derivadas do contexto de sua produção. Redigido primeiro esquematicamente, como espécie de aide mémoire à participação como comentadora em uma mesa debruçada sobre o tema “utopias, distopias, heterotopias e museus”, o trabalho sistematiza questões para um debate - suscitado naquela ocasião - acerca dos enlaces histórico e epistemológico da história e da antropologia com as práticas de representação cultural encenadas em arquivos e museus. Nesse sentido, a reflexão que segue é informada tanto pela experiência pessoal e profissional com acervos que justificou minha participação no evento como historiadora, quanto pela circunstância de posicionar-se a partir e a respeito da experiência com arquivos e museus consolidada em disciplinas vizinhas, em especial com a antropologia.

Sem se restringir, mas tampouco perder de vista a definição mais trivial dos museus como instituições destinadas à guarda, pesquisa e comunicação de acervos valorizados por seus atributos estéticos, raridade ou antiguidade, boa parte da abundante literatura antropológica atualmente existente sobre os museus considera a capacidade de articulação lógica entre temporalidades diversas e/ou conflitantes, assim como na habilidade que os museus têm de “dar ordem ao heteróclito” o que há de específico nessa instituição. Demonstrando grande sensibilidade para com questões caras aos historiadores, autores como Karp, Stocking Jr, Padiglione basearam seus parâmetros de compreensão do fenômeno em duas coordenadas nodais da epistemologia histórica: a lide com o tempo, essa instância intangível de produção de alteridades, e os processos de transmissão da memória – ela mesma matriz e objeto da história.

Entendida como “lugar sui generis do contemporâneo”, o museu, “instituição enraizada no aqui e agora de um espaço preciso” teria como atributo primordial a inatualidade, termo emprestado de Nietzsche para designar a condição necessária à possibilidade de um olhar distanciado sobre o presente e a sucessão histórica. Assim,

o posicionar-se diferentemente do museu em relação à sociedade da qual participa – traço já recorrentemente na literatura (Pomian 1987) – depende dessa relação singular que ele mantém com o tempo, dessa sua extemporaneidade – ou da a-sincronia que lhe permite usos contestatórios de si mesmo, enquanto tecnologia comunicativa e de dominação capaz de atuar como “contraponto no interior de um mesmo olhar público”. É como se, à moda dos antigos gabinetes de curiosidade, o mundo pudesse sempre recomeçar nos museus, lugares onde a mediação entre as gerações se realiza por uma “experiência fatal do tempo”, transmitido e reconfigurado por narrativas cenográficas apócrifas e “concreções temporais híbridas”, mediadas por objetos capturados capturados de suas existências ordinárias.

Michel Foucault, notoriamente um grande leitor de Nietzsche, deve mesmo como assinalou Padiglione, ter-se remetido à condição de inatualidade e insubordinação discursiva do museu quando o localizou, junto com os cemitérios e as bibliotecas, entre as heterotopias - lugares reais, tão distanciados da realidade hegemônica quanto de sua correspondente abstrata - a utopia. Mas, enquanto Foucault exalta o caráter *sui generis* dessa instituição para demonstrar a descontinuidade significativa do espaço, que é socialmente apreendido e decupado, as metáforas conceituais empregadas para se referir ao museu como “máquina do tempo” e “licença [logo, desvio da norma retórica] de experimentação cultural” têm hoje uma função adicional: elas são a junção conceitual que permite fundir em uma única armadura teórica uma antropologia dos museus e uma etnografia aplicada aos museus. Com isso, a concepção antropológica da atividade curatorial, metodologicamente embasada em uma abordagem semiótico-etnográfica do espaço museal e das relações que ele estabelece com o entorno, incorpora a si a dimensão ética inescapável do trabalho com patrimônios no contexto global de luta pelos direitos civis de grupos minoritários.

Aos leitores e ouvintes mais atentos não há de ter escapado a sutileza com que nessa aproximação reflexiva e interventiva com o tempo recomposto e comunicado pelo museu é, *nieszchianamente* falando, a vida e não a história que dita o percurso dos antropólogos. Mais do que ao presente ou ao passado próximo, a “contemporaneidade” insistentemente reclamada aos museus, no contexto do que

chegou a ser definido como “guinada da antropologia à história” nos anos noventa compete ao devir, e por via disso autores francamente comprometidos com seu tempo (logo, com a mudança) têm apostado na potencialidade heterotópica de uma “museologia tática” e auto-reflexiva, que se apropria do capital simbólico acumulado pela idéia de museu ao tempo em que este servia às utopias da modernidade para dar-lhe uma direção prática, pautada por novos e divergentes conteúdos. (Buntix and Karp, 2006)

Esse ângulo de atuação acadêmica que talvez muitos de nós, historiadores, talvez julgasse imprevisto – a pesquisa social aplicada aos museus – remete a um lugar de fala específico, que a mim como historiadora interessa observar mais de perto. Como os autores mesmo fazem questão de frisar, essa fala provém de um campo híbrido de atuação como etnógrafo profissional, composto pela universidade e pelo museu. Para esses estudiosos e mediadores culturais a palavra “campo” assume, pois, um duplo sentido. Ela designa, de um lado, uma etapa decisiva de sua atividade intelectual e, de outro, o contexto sobre o qual intervêm por meio de uma ação comunicativa e pedagógica de tradução cultural. Um traço marcante dessas experimentações é o seu caráter auto-reflexivo, empenhado em incorporar, como disse James Clifford, ao horizonte significativo do registro e da exposição as próprias condições de seu fazer – “fazer do significado na classificação e exposição do museu”, e fazer ciência, dentro de condições históricas, políticas e epistemológicas determinadas. (Clifford, 1994, p. 73).

Ao percorrerem essa trilha de reaproximação com o universo das coleções e das exposições (dos quais estiveram por anos afastados como profissionais, sem nunca deixarem de participar das rotas de circulação de objetos colecionados) os antropólogos falam como parte interessada; ou seja, como alguém que estabelece com seu objeto de análise uma relação mediada pela experiência e pela memória, inscrevendo a si e sua fala em um ponto específico da cadeia de transmissão do saber constituído por sua disciplina.

A esse campo híbrido de atuação poderíamos também aplicar a classificação heterotópica de Foucault, identificando nesse traço um sentido compartilhado com o museu – instituição de quem a antropologia, enquanto saber constituído e dispositivo

de poder descende sob mais de um aspecto. Com isso em mente, minha leitura interessada das museologias táticas que me tem sido apresentadas em colóquios, artigos e curadorias compartilhadas em museus discute menos o mérito heterotópico do que a historicidade dessa reaproximação da antropologia pós-colonial com as práticas de colecionamento e comunicação de acervos.

Sem condições de vencer a densidade de um debate possivelmente vertiginoso, meu comentário extrai dele os aspectos que me parecem mais propícios ao estabelecimento de um diálogo entre antropologia e história, a propósito do também histórico envolvimento dessas áreas com os museus. Como ao antropólogo, interessa à historiadora dar ao contraste entre as diferenças um conteúdo auto-reflexivo, o que significa incorporar as representações do objeto em questão ao escopo da reflexão proposta. Nesse sentido parece-me útil deslocar a ênfase dada por Padiglione, Appadurai e outros autores ao complexo visual mais abrangente onde o museu aparece situado ao lado do circo e das exposições universais, para aproximá-lo de um outro espaço, tido por morada dos historiadores, e com o qual o museu compartilha as atribuições institucionais de custódia e preservação patrimonial – os arquivos.

Museus, arquivos e suas representações

Estatuariamente, o museu se distingue do arquivo pela tridimensionalidade da documentação que reúne e expõe; ao passo que este, em reunindo majoritariamente textos abertos ou não à consulta, aparece como depositário das fontes históricas. Apesar de o arquivo, na sua dupla acepção, ter sido o locus da etnografia estatal produzida nos séculos XIX e XX, e de versões ilustradas da historiografia política terem sido sistematicamente incorporadas à museografia de museus locais, no senso comum acadêmico a representação majoritária que se tem é a de que os historiadores e a História estão para os arquivos, enquanto o museu etnográfico – seja como extensão do campo, seja como habitat do antropólogo-de-gabinete – é “a homeland da antropologia”. (Stocking Jr, 1985)

Evidentemente essa caracterização precisa ser tomada com a devida reserva, dado que no exercício de suas profissões, historiadores e antropólogos podem lidar alternativa ou simultaneamente com diferentes tipologias documentais (textual, museológica, audiovisual, fotográfica, registros orais, etc.). Além disso, os antropólogos não apenas

trabalham sobre fundos documentais, mas também produzem acervos dessa natureza, como mostram os recentes investimentos sobre os arquivos pessoais de etnógrafos “revisitados” nos últimos anos por novas gerações de antropólogos (Laferté, 2006), e também as trajetórias dos diários de campo, que dependendo da posição social dos autores vieram a ser publicados, patrimonializados ou anonimamente descartados. (Weber, 2009). Ainda assim, explorar as posições de museus e arquivos nas tradições disciplinares da História e da antropologia pode servir para assinalar o caráter contingente desses enquadramentos, que se definem provavelmente menos por suas epistemologias do que pelas relações históricas específicas de dominação e diálogo estabelecidas entre saberes, poderes e culturas no interior de arquivos e museus.

A esse propósito, é notável o contraste entre o tratamento dado por Foucault (subscrito por Padilione) ao museu - exaltado como um “lugar outro”, “resistente aos temas, as lógicas e os ritmos da hegemonia” - e a versão epistemológica do arquivo apresentada pelo filósofo em *Arqueologia do Saber*. Metáfora material e figurativa da convergência entre saber, poder e memória, para Foucault o arquivo não é nem o conjunto de todos os textos preservados por uma cultura, nem a instituição que garante a integridade física desses documentos: é, antes, “o sistema de asserções” ou as “normas da prática” que definem as regularidades específicas daquilo que pode e não pode ser dito. (Foucault, 1972, p. 160-161) Enquanto referente real da interpretação histórica, “o arquivo” constitui, para o filósofo, um sistema de regras e controle da linguagem - definição que atende ao postulado mais geral segundo o qual o discurso é a instância última de produção do sentido, logo, da “realidade” mesma. Referindo-se ao arquivo ao mesmo tempo como referente do discurso e condição de sua possibilidade, Foucault não se refere a registros de fatos, mas a representações discursivas do passado e seus efeitos de verdade sobre um tempo e lugar determinados. Compreendida nesses termos, a noção de arquivo diverge radicalmente dos maços empoeirados de papéis com que os historiadores estão acostumados a lidar. Ao lançar mão da palavra, Foucault de fato não visava designar as fontes que os arquivos reúnem, mas as relações que os constituem em dispositivo de poder – um sistema de controle dos enunciados cuja tarefa do historiador-arqueólogo é levantar. Enquanto sistema, o arquivo adquire uma forma imaterial, e para marcar essa

diferença Foucault fez uso da palavra no singular, algo até então não praticado na língua francesa. Nos anos subsequentes, a fórmula acabaria por se tornar majoritária entre os historiadores, vindo a se incorporar às epistemologias históricas de Derrida (1993), de Certeau (1982) e, mais recentemente, de Paul Ricoeur (2000), onde uma versão acentuadamente textualista do arquivo aparece regida pela idéia de testemunho. (Anheim, 2004)

Talvez em razão do excesso de familiaridade dos historiadores com os documentos textuais, na historiografia as tematizações dos arquivos têm em geral se limitado à questão das implicações mútuas entre o saber histórico e a memória social – com especial relevo à tensão entre documento e monumento, constitutiva da relação do historiador com suas fontes. Em uma direção diferente, no âmbito da arquivologia e da antropologia “pós-modernas”, estudiosos do colonialismo aplicaram integralmente o conceito de Foucault aos arquivos coloniais, compreendidos como metáfora da imaginação imperial irrealizada – e portanto utópica – de informação completa e controle das sociedades e culturas não-ocidentais. (Stoler, 2002) Os documentos que, conforme a advertência de Foucault, não se achavam reunidos, mas eram produzidos pelo arquivo, permitiram aos pesquisadores revelar exclusões e configurações de poder nas quais a própria antropologia ocupava uma posição determinante, o que não impediu que antropólogos interessados nessas questões dessem ampla vantagem aos estudos sobre museus.

A escolha de alguns autores de pensar o museu mais perto do circo do que do arquivo não deixa de ser reveladora (Appadurai e Breckenridge, 2007); e se levarmos em conta importância do registro visual nas formas modernas de autenticação etnográfica (MacDougall, 2006) e ao disso o lugar reservado ao arquivo na epistemologia histórica de Michel Foucault, concluiremos tratar-se de uma opção metodologicamente fundamentada. Contudo, ela também implica passar ao largo de uma série de convergências verificáveis entre essas instituições, correndo-se o risco de provocar certo desequilíbrio entre a exuberância ressignificadora atribuída pelas análises mais recentes ao museu e a imagem subliminarmente distópica que se pode inferir da invisibilidade do arquivo nessas reflexões de caráter comparativo. Associado ao sigilo, ao poder e à lei, ele já foi descrito por Derrida (2002: 47) como

“lugar de uma grande violência” – numa acepção similar às referências que representantes críticos da antropologia pós-colonial fizeram dos museus nos anos de “crise de representação” vivida pela antropologia, onde predominava uma visão distópica dos museus que o modelo das “museologias táticas” busca declaradamente superar. (Boom, 1991);

Além disso, as correspondências entre museus e arquivos não se esgotam na participação de ambos nas hoje combatidas utopias progressivas da modernidade. Elas se expressam em um nível mais estrutural. Por exemplo, nos gestos de arquivamento, passíveis de uma aproximação com a conduta colecionista que rege a constituição dos acervos de museus; nos juízos partilhados de autenticidade que orientaram os processos de acumulação documental, fosse museológica ou arquivística; e mesmo nos fortes investimentos sociais de que vem sendo alvo esses artefatos, os quais assumem um sentido igualmente estratégico para a produção e sustentação de legados. (Heymann, 2011 e 2007)

Em síntese, arquivos e museus são lugares onde o poder, como disse Derrida em seu *Mal d'Archive* (2001), é exercido sob a forma de legitimação. Como os museus, os arquivos também guardam vestígios materiais de tempos e espaços descontínuos, cujos significados estão sempre disponíveis às apropriações táticas globais do presente. Sejam documentos de arquivo, sejam objetos tridimensionais, esses artefatos compõem formas materializadas de comunicação do tempo e de representação cultural que atuam contemporaneamente no sentido de fundamentar mitologias, identidades e direitos manipulados por comunidades organizadas em diferentes escalas e quadrantes geográficos - global, local, comunitário, tribal, etc. Não parece casual a esse respeito que, tal como vem ocorrendo com coleções de museus ocidentais, a propriedade dos arquivos sobre os fundos ali custodiados venha sendo contestada por reivindicações (repatriações, comissões da verdade e outras) que irradiam seus efeitos desconstrutivos sobre a sociedade em geral e as estruturas institucionais de gestão da memória em particular. Em um e outro caso, a autoridade de que foram investidos historiadores, antropólogos e outros intérpretes legítimos dessas coleções é desafiada pela erupção de contra-memórias que reclamam participação na grande história, manipulando referenciais identitários não

necessariamente convergentes com os macro-contextos da nação ou da humanidade. Esses movimentos característicos do que Andreas Huyssen (2000) denominou uma “cultura da memória” perpassada por “deveres”, “excessos”, “abusos” e “esquecimentos” contribuíram para desestabilizar a moderna noção de cultura, tal como configurada ao longo do último século. Eles perfazem também uma experiência do tempo inaudita, pautada pela reivindicação de novos sentidos para história, agora compelida a atender os deveres de reparação do Estado e da sociedade para com as vítimas do passado.

Esse conjunto um tanto sumário de ponderações possibilita formular em termos mais objetivos as questões que talvez fosse necessário explorar, no que tange aos enlaces históricos e epistemológicos da antropologia e da história com arquivos e museus. Primeira: no que a propriedade de inatualidade, da qual as temporalidades híbridas construídas no interior dos museus seriam um apanágio, contribui para distinguir essas instituições dos arquivos? E, outras palavras: o “olhar desviado da atualidade” reivindicado ao museu é prerrogativa exclusiva dele, ou um traço compartilhado com outros lugares onde se preservam, criam, interpretam e comunicam acervos? Caso se concedesse admitir essa última hipótese, forçoso seria reconhecer que a metáfora da “máquina do tempo” se acomoda melhor aos acervos - compreendidos como vestígios de passados e culturas recompostas no presente, portanto, indicadores e vetores de memória - do que às instituições que deles se encarregam. Ainda assim, seria necessário voltar à pergunta inicial: quais as especificidades do museu, do ponto de vista da reconfiguração e da comunicação do tempo, vis-à-vis do arquivo?

Se fosse o caso de antecipar uma resposta, diria que para os antropólogos com dupla inserção na pesquisa e na curadoria a diferença repousa na espacialidade da exposição museológica, que diferentemente do texto, opera a mediação por meio da “configuração de objetos e molduras”, de espaços a serem percorridos em movimento. Embora essa diferença não seja negligenciável, seria equivocado supor que arquivos não realizem exposições, ou mesmo que as exposições de museus não compreendem em suas museografias a presença de documentos textuais. Em vista disso, gostaria de

formular, em caráter evidentemente bastante preliminar, um percurso alternativo de encaminhamento da questão.

O fato de que nem Padiglione, nem Appadurai nem Foucault tenham nutrido para com o arquivo a mesma curiosidade etnográfica demonstrada em relação aos museus me parece um primeiro indício da forma historicamente dissonante com que “nós” (os historiadores) e “eles” (os antropólogos) temos enquadrado conceitualmente nossa experiência acumulada com acervos. Se é verdade que a história e a antropologia são disciplinas que nasceram e germinaram no interior de museus e de arquivos, não é certo que essa ancestralidade tenha sido percebida como igualmente evidente, nem entre os praticantes de cada área, nem internamente a uma mesma especialidade ao longo do tempo. Na verdade, arquivos e museus tiveram trajetórias diversas no interior das duas disciplinas, o que nos leva a interrogar a historicidade da relação que historiadores e antropólogos mantêm com seus objetos e fontes documentais.

Clifford Geertz (1973:4) afirmou certa vez que “se quisermos compreender o que é uma ciência, devemos primeiro examinar não suas teorias ou suas descobertas, tampouco o que dizem delas os seus defensores, e sim o que fazem os seus profissionais.” Em antropologia social, acrescenta ele, “o que os profissionais fazem é etnografia.” É bem verdade (e Geertz sempre o advertiu) que em fazendo etnografia eles fazem coisas em comum com profissionais de outras áreas – por exemplo, escrever – mas sob tal ponto de vista é significativo que se tenha tematizado, no investimento dos antropólogos sobre a cultura material, não as convenções retóricas implícitas à tradução textual de realidades sociais ou as subjetividades da escrita autoral do pesquisador, mas as coordenadas de tempo e espaço etnográficos. Se assim o fizeram, é porque a atuação profissional do antropólogo não se distingue de outras por essa prática, mas pela perspectiva etnográfica, pouco importante que sua presença em campo divida espaço com pesquisadores de outras disciplinas, ou que ela encubra, para além da observação direta, um conjunto complexo de práticas de escrita e acumulação documental com funções e status diversos como o diário de campo, a correspondência, os censos demográficos, o caderno de notas etc.

A despeito de qualquer evidência em contrário ao primado da experiência de deslocamento cultural sobre todas as outras experiências envolvidas no trabalho de campo, a “observação participante intensiva” permanece a “base sobre a qual se apoia o edifício da formação de um antropólogo” (Eckert, Rocha, 2008) e o signo de sua identidade autoral. Mas se o primado da experiência é mesmo válido, o que foi não deixa jamais de ter sido: permanece o precedente de que até que o “método etnográfico” se estabelecesse como marca distintiva diante dos não-antropólogos, a antropologia de gabinete não apenas reinou soberana no interior dos museus etnográficos como fez deles uma extensão do arquivo. Essa tradição longeva de relacionamento não tanto da antropologia, mas dos museus com os arquivos talvez merecesse ter sido melhor explorada pelas tematizações críticas da antropologia norte-americana aos museus, quando a autenticidade das coleções, a própria pesquisa de campo e a escrita etnográfica foram postas à prova. De modo difuso, ela subjaz à atual retomada pelos antropólogos dos museus e suas coleções como espaço da pesquisa e descrição etnográfica, depois de décadas de distanciamento entre os profissionais da antropologia estabelecidos nas universidades, e os profissionais de museus.

Tomando em conta a sugestão de Reginaldo Gonçalves, segundo a qual acompanhar as interpretações produzidas sobre os objetos materiais “é até certo ponto acompanhar as mudanças nos paradigmas teóricos da antropologia” (Gonçalves, 2007), podemos vislumbrar, entre as figuras do arquivo e do campo, diferentes pontos de inflexão nos movimentos pendulares de aproximação e distanciamento da antropologia com os museus.

Em primeiro lugar, o tempo de sua institucionalização como saber formal, quando ambas os museus representavam os limites institucionais do exercício da profissão de antropólogo, e os paradigmas evolucionistas e difusionistas da antropologia vitoriana orientavam a museografia dos museus etnográficos ocidentais. Neles, objetos representativos das diferentes culturas “eram situados no macro-contexto da história da humanidade, ilustrando as etapas da evolução sócio-cultural e os trajetos de difusão cultural”. (Gonçalves, 2007: 16). Nesse momento, diferente do

que aconteceria nas décadas subseqüentes, a proximidade entre antropologia e museu era amplamente reconhecida pelos seus artífices.

O segundo momento, conhecido como “moderno”, é marcado pela autoridade do etnógrafo e do trabalho de campo, que a partir dos anos vinte (ou a partir de Malinowsky) se estabelece progressivamente como ritual de investidura do antropólogo e norma disciplinar que supera as tensões antes explícitas entre antropologia (de gabinete, a quem cabia a construção de teorias gerais sobre a evolução humana) e a etnografia (descrição e tradução dos costumes, por meio da viagem, do registro e da observação). A partir daí, a interpretação passa a depender da descrição, que embora afastada dos espaços arquivístico e museológico, segue elaborada com a mesma atitude documentária do cientista natural. (Clifford, 2011)

Esgotados os paradigmas evolutivos e difusionistas, os antropólogos foram levados a se afastar dos museus, embora se fizessem representar ainda por muito tempo à moda dos arquivistas, como desinteressados selecionadores e compiladores de fatos de uma realidade transparente. (Kaplan, 2002). Nisso não diferiram dos historiadores, que por mais de uma centena de anos insistiram em distinguir por meio das provas documentais obtidas dos arquivos os relatos verídicos dos ficcionais. Contudo, diferentemente dos primeiros, estes últimos hesitaram em incorporar a cultura material às suas fontes, e mais ainda a seus objetos de análise. Já ao tempo em que Franz Boas clamava pela mudança das formas de exposição dos artefactos exóticos, que deveriam ser classificados por suas funções e significados dentro de contextos culturais específicos, o “saber crítico” da História Metódica legitimava-se pela interpretação de textos, baseando-se exclusivamente para isso em documentos escritos e oficiais, cuja autenticidade podia ser dimensionada por meio de técnicas e disciplinas auxiliares, como a diplomática e a arquivística.

Atualmente, a despeito do consenso existente sobre a diversidade de suportes compreendida na noção de documento, essa visão textualista dos arquivos perdura entre os profissionais da História, e talvez não seja mesmo casual o fato, observado por Etienne Anheim (2004), de que defensores combativos da ampliação do repertório documental da disciplina, como Lucien Febvre, Fernand Braudel e Jacques Le Goff,

tenham reservado a maior parte de seus investimentos de pesquisa ao manejo de documentos textuais.

Mais recentemente, as formas usuais de abordagem dos museus no interior da chamada “história cultural” têm-se valido, além dos tradicionais textos, de imagens elas mesmas convertidas, por uma série de justificativas teórico-metodológicas, em texto. Os processos de circulação, apropriação e ressignificação dos artefatos até chegarem ao museu, e mesmo as relações de troca implicadas na história de cada item dentro da coleção, ou as alocações variáveis dos objetos nos tempos diferenciais da coleção e da exposição e ainda as disputas havidas em torno de seu estatuto “verdadeiro ou falso” entre profissionais e visitantes de museus (Craine, 1997), todos esses aspectos simplesmente não têm lugar no escopo dessas análises. Em tais trabalhos, cuja expansão numérica nos anos noventa respondeu a um movimento mais amplo de reaproximação com história política (agora mediada pelo simbólico), os museus foram o mais das vezes qualificados como “lugares de memória” (Nora, 1984). Evidencia-se na expressão o estatuto ambivalente conferido por Pierre Nora a essas instituições: o de restos. Restos de uma tradição de memória (nacional) em crise; vestígios de um tempo acelerado e dilacerado pelas promessas de progresso; signo de uma ruptura que leva os historiadores a capturar da história tudo o que não seja ela, fazendo da memória objeto de análise, mas manifestando uma profunda desconfiança para com a possibilidade de haver uma memória mesmo coletiva. Nessa investida auto-reflexiva dos historiadores sobre a memória, são os vínculos da historiografia tradicional com os museus que definem os limites do objeto de análise. Em acordo esse princípio, os temas abarcados pelas exposições são cotejados com a agenda política de partidos e grupos hegemônicos, dos quais os historiadores seriam partícipes na condição de atores especializados na elaboração da (um tanto levemente conhecida como) “história oficial”.

Evidentemente, a indiferença metodológica dos historiadores para com o potencial da documentação material reunida nos museus não autoriza concluir pela sua não participação na história dessas instituições. Pelo contrário, especialmente em países de formação colonial como o Brasil, onde as universidades fizeram uma aparição tardia, a participação dos pais fundadores da disciplina na construção do

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

campo museológico foi de fundamental importância. Tanto assim que boa parte dos museus criados nos primeiros anos da República nasceram como anexos de institutos históricos (Chagas, 2009; Shewacz, 1993), e na década de vinte, museus com a ênfase naturalista típica do XIX acabaram herdados por historiadores, os quais reenquadraram regimentos e coleções para adotar a designação “histórico” (Nedel, 2005; Brefe, 2005). A essa palavra juntava-se tacitamente o substantivo-adjetivo “político”, confirmando a inserção específica da disciplina na legitimação de projetos de Estado e Nação: a exposição histórica, oferecia a ilustração sensorial do passado heroico evocado pela pedagogia republicana.

Talvez por conta desses antecedentes, os vínculos do debate historiográfico contemporâneo com a história representada nos museus mostram-se tênues e contraditórios, a ponto de nos museus que supostamente preservam, pesquisam, interpretam e comunicam “objetos históricos”, verificar-se, quando não um notório o descompasso entre o discursos expográfico e historiográfico, dissonâncias entre o que as exposições oferecem e as demandas do público visitante a propósito da “história que realmente aconteceu”. (Oliveira, 2007; Nedel, 2006; 2011)

As mesmas ambivalências se repetiram com outras variantes na Antropologia, terreno onde recentes incursões acadêmicas sobre o universo dos museus etnográficos também se fizeram acompanhar da percepção de uma “crise de consciência” em vista da distância entre os projetos a que a antropologia servira no passado e o que pretende ser atualmente. Nesse terceiro momento, conhecido como “pós-moderno” ou “hemenêutico” da disciplina, o interesse renovado dos antropólogos pela história e pela cultura material se incorpora a uma profunda reformulação e rearticulação da história e do futuro da antropologia. Como parte de uma iniciativa mais ampla, os grandes modelos explicativos cedem lugar à questão da tradução da experiência cultural em um contexto de dispersão da autoridade etnográfica. Dentro dessa perspectiva auto-reflexiva de trabalho, observação etnográfica em museus assume mais do que nunca seu fundamento participativo. Ela já não supõe a viagem como componente necessário à troca intercultural, nem pressupõe que no museu antropólogos apenas estudem os sistemas de valor onde se inserem as coisas, mas os produzam, costestem e comuniquem, devendo para isso prevenir-se das formas

autoritárias anteriores, em que se interpunham relações entre coisas no lugar uma relação social. (Clifford, 1994)

Se hoje a maioria dos antropólogos reconheça nos museus não apenas um meio de estudos, mas um fim, o de produzir e comunicar conhecimento sobre os deslocamentos e mesclas de experiências culturais produzidas pela própria exposição, foi preciso trilhar um longo caminho para que chegássemos a esse ponto de partida. Contudo, na revisão do antigo contrato entre pesquisa etnográfica e prática curatorial, os antropólogos tem reserado ao tempo e à história reconfigurados e comunicados pelo museu uma importância inversamente proporcional à que os invólucros documentais dos arquivos configuram e comunicam. Se, em qualquer desses contextos, estamos lidando com artefatos materiais – ao mesmo tempo indicadores e vetores das relações que os constituem como coisas de valor - seria o caso de perguntar, como abertura ao debate que este texto deseja suscitar, a razão epistemológica de um tal procedimento.

#### Referências Bibliográficas

- BREFE, Ana Cláudia F. 2005. *O Museu Paulista. Affonso de Taunay e a memória nacional. 1917-1945*. São Paulo: Ed. UNESP/ Museu Paulista.
- CHAGAS, Mário. A Imaginação Museal. Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Minc/IBRAM, 2009.
- CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.
- CLIFFORD, James. “Colecionando Arte e Cultura”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IPHAN, 1994 P. 69-89
- CLIFFORD, James. 1993. “Los Museos como Zonas de Contacto”. In: Id. *Itinerarios Transculturales*. Barcelona: Gedisa, 1993, pp. 233-270.
- Clifford, James. 1994. “Colecionando Arte e Cultura”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IPHAN, pp. 69-89
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. RJ, Ed. UFRJ, 1998.
- CRANE, Susan A. 1997. “Memory, Distortion, and History in the Museum.” *History and Theory*, vol. 36, no. 4, pp. 44-63.
- ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana L. “Etnografia: saberes e práticas”. In: Pinto, C. R. E GUAZZELLI, C. A. *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.
- GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa das culturas”. In: Id. *A Interpreação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. 2007. *Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, Minc/IPHAN.
- HARTOG, François. “Tempo e Patrimônio”. *Varia História*. Belo Horizonte, vo. 22, no. 36, pp. 261-273, jul/dez 2006.
- HEYMANN, Luciana Q. 2007. “O dever de memória na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos”. In: GOMES, Ângela de Castro. (org.) *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, pp. 15-44.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000
- LE GOFF, Jacques. (1992). *Documento-monumento*. In: Id. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp. 1992.
- MACDOUGALL, David. *The visual in Anthropology*. In. *The corporeal image. Film, ethnography and the senses*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 2006.
- MACHADO, A.M.A. “Cultura, Ciência e Política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil”. In: FIGUEIREDO, B.G. (Org.) *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum, 2005.
- Nedel, Letícia 2005. “Breviário de um museu mutante”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 87-112.
- NEDEL, Letícia B. 2006. “Da coleção impossível ao espólio indesejado: memórias ocultas do Museu Julio de Castilhos”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, no. 38, pp. 11-31.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Comentário II: entre história e memória - a visualização do passado em espaços museológicos*. An. mus. paul. [online]. 2007, vol.15, n.2 [cited 2013-01-30], pp. 37-43
- POMIAN, Krzysztof. “Coleção”. *Enciclopédia Einaudi*, v. 1 História-Memória. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, pp. 51-86.
- POMIAN, Krzysztof. 1987. *Collectionneurs, amateurs et curieux: Paris, Venise: XVIe. XVIIe. Siècles*. Paris: Gallimard.
- SCHWARCZ, Lília M. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SLEEPER-SMITH, Susan. (ed.) *Contesting Knowledge. Museums and indigenous perspectives*. University of Nebraska Press, 2009.
- STOCKING Jr., George W. 1985 “Essays on Museums and material culture”. In: Id.(ed.). *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture*. The University of Wisconsin Press, pp. 9-25.
- WEBER, Florence. *A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?*. *Horiz. antropol.* [online]. 2009, vol.15, n.32 [cited 2013-01-30], pp. 157-170
- DERRIDA, Jaques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- HEYMANN, Luciana Q. “Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, no. 19, 1997.
- HEYMANN, l. *O Lugar do Arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

- LAFERTÉ, Gilles. (2006). “Des archives d’enquêtes ethnographiques pour quoi faire? Les conditions d’un revisite.” Genèses, 63
- LE GOFF, Jaques. (1992) “Documento-monumento”. In: Id..História e Memória. Campinas: Ed. da Unicamp.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. “Memória e Cultura Material: Documentos pessoais no Espaço Público”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 11, no. 21, 1998.
- NEDEL, Leticia. “A Guardiã da Verdade”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (org.) *Memória e Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010, pp.125-158.
- ANHEIM, Étienne. (2004) “Singulières Archives. Le statut des archives dans l’épistémologie historique. Une discussion de La Mémoire, L’Histoire, L’Oubli de Paul Ricoeur.”. *Revue de Synthèse*, Paris, 5ª serie, p. 153-182.
- RICOEUR, Paul. (2000). *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Paris: Seuil.
- FOUCAULT, M. (1986) “O apriori histórico e o arquivo”. In: Idem. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- DE CERTEAU, Michel. “A operação historiográfica” In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- STOLER, Laura. “Colonial Archives and the Arts of Governance” *Archival Science* 2: 87-109, 2002.
- COOK, Terry et alli. “Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna.” *Registro* [Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba], Indaiatuba-SP, n.3, , p. 18-33. jul. 2004.
- KAPLAN, Elisabeth. “‘Many Paths to Partial Truths’: archives, anthropology, and the Power of representation’”. *Archival Science* 2, pp. 209-220, 2002.
- HEYMANN, Luciana Q. “O dever de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos”. In: GOMES, Ângela de Castro. (org.) **Direitos e Cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: FGV, 2007 pp. 15-44.